

A noção de rede em Foucault

Foucault's notion of net

Fernando de Almeida Silveira *

Resumo: A noção de *rede* como imagem ou paradigma aplicado na produção do conhecimento emerge enquanto fenômeno histórico-cultural recente. Foucault buscou mapear a construção de “verdades” na nossa sociedade e o enredamento dos indivíduos submetidos a seus efeitos e embates, seja no que se refere a uma rede composta pela articulação de meios discursivos e não discursivos: a *rede arqueológica*; seja no âmbito no qual o sujeito se insere em uma rede de saberes e poderes: a *rede genealógica*; seja no contexto em que a relação do indivíduo perante a rede de valorizações histórico-culturais emerge no processo de constituição de uma vida bela e justa: a *rede da estética da existência do indivíduo*. Este artigo analisa estas três *redes* de constituição do sujeito moderno ocidental, enquanto elementos e forças na grande “rede” foucaultiana, emergente do conjunto total de sua obra.

Palavras-chave: Foucault, rede, poder/saber, subjetivação

Abstract: The notion of net as an image or a paradigm applied to the production of knowledge emerges as a current description of the historical and cultural phenomenon. Foucault's work was mainly conducted by the chart of the construction of objective knowledge in our society, that author discussed the individuals' entanglement submitted to those knowledge effects and the collisions between each other. By one side, related to a net composed by the articulation of discursive and non-discursive means: *the archaeological net*. On the other side, the net was used to discuss the knowledge and power nets in which the subject is inserted in: *the genealogical net*. Finally, Foucault discusses the person's relation in face of the historical and cultural net of values that emerges in the person's process of constitution in direction to a beautiful e fair life: *the net of the individual aesthetic existence*. This article analyses these three person's constitutional nets get intertwined and allude to each other, while elements and forces in the wide Foucaultian's net.

Key words: Foucault, net, power/knowledge, subjetivation

* Psicólogo, advogado e doutorando em Psicologia e Educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP-USP; e-mail: fesilvey@usp.br

1. Introdução

A noção de “rede” como imagem ou paradigma aplicado na produção do conhecimento, na apreensão do mundo e na construção do pensamento e da realidade emerge enquanto fenômeno histórico-cultural recente.

Capra (1996) faz a sua análise do impacto dessa nova metáfora na produção atual do conhecimento científico:

No pensamento sistêmico, a metáfora do conhecimento como um edifício está sendo substituída pela da rede. Quando percebemos a realidade como uma rede de relações, nossas descrições também formam uma rede interconectada de concepções e de modelos, na qual não há fundamentos. Para a maioria dos cientistas, essa visão do conhecimento como uma rede sem fundamentos firmes é extremamente perturbadora, e hoje, de modo algum é aceita. Porém, à medida em que a abordagem de rede se expande por toda a comunidade científica, a idéia do conhecimento como uma rede encontrará (...) aceitação crescente (Capra, 1996: 48).

Por sua vez, Rosentiehl deixa clara a importância que a conceitualização de rede assume no mundo contemporâneo:

A nossa época será marcada pelo ‘fenômeno rede’. Como todos os fenômenos morfológicos profundos, de caráter universal, o fenômeno rede pertence não só à ciência mas também à vida social. Cada um de nós se situa em redes, correspondendo cada rede a um tipo de comunicação, de frequência, de associação simbólica. Quando no futuro se fizer o elenco das abstrações que marcaram mais profundamente o espírito humano no decorrer desta segunda metade do século, ter-se-á certamente a cifra lógica (a escolha binária ou o furo no mapa que se combina com outros furos), mas, também, quase tão importante como aquela, ter-se-á o objeto ‘rede’. (Rosentiehl, apud Machado, 1996: 121-122)

Também Matta (1998) recorre particularmente a Latour, tentando resgatar em suas idéias diferentes conceitos de rede. Para Latour (1994: 12), “as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade”.

Esta nossa proposta de verificação da noção de “rede” em Foucault nos remete a uma investigação dos seus estudos no conjunto geral da sua obra, na medida em que a análise deste conceito, atravessado por uma série de interesses históricos e políticos, pode contribuir para uma melhor compreensão da constituição das subjetividades e das identidades sócio-históricas dos indivíduos.

Foucault, em uma de suas entrevistas, declarou que queria ser lembrado pelas gerações futuras como um estudioso da “constituição do sujeito”. E, mais especificadamente, um

teórico da constituição do sujeito moderno ocidental. Nas palavras do filósofo, “não é o poder, mas o sujeito” (Dreyfus, 1995: 232) que seria o tema geral das suas pesquisas.

Mais do que uma opinião “à posteriori” de um autor sobre a sua obra, consideramos esta colocação como um dos norteadores deste nosso estudo sobre a rede em Foucault.

Investigar a noção de “rede” em Foucault é nos depararmos com um trabalho histórico-filosófico no qual se pode depreender três conformações distintas de “redes”, de acordo com as três fases gerais de sua obra: as *fases arqueológica, genealógica e da estética da existência do indivíduo*.

E, se conforme veremos, tais “redes” entre si se diferem significativamente em muitos pontos, por outro lado podemos constatar que aquela visão global de Foucault sobre seus escritos é um dos pontos em comum entre elas: tratam-se de três “redes” de investigação da constituição do sujeito moderno ocidental, através das quais Foucault buscou mapear a construção de “verdades” na nossa sociedade (em especial, as “verdades” cientificamente reconhecidas) e o enredamento dos indivíduos submetidos a seus efeitos e embates, seja no que se refere a uma rede composta pela articulação de meios discursivos e não discursivos, produtora de discursos científicos: a “rede” *arqueológica*; seja no âmbito no qual o sujeito se insere em uma rede de saberes e poderes, tendo seu corpo como foco de seu exercício: a “rede” *genealógica*; seja no contexto em que a relação do indivíduo perante a rede de valorações histórico-culturais, que provém do seu ambiente exterior, é problematizada no processo de constituição de uma vida bela e justa: a “rede” *da estética da existência do indivíduo*.

E estes três diferentes modelos de “redes” de constituição do sujeito moderno ocidental não se excluem. Muito pelo contrário: se interpenetram e se remetem mutuamente, na medida em que acrescentam elementos e forças à complexidade da grande “rede” foucaultiana, emergente do conjunto total de sua obra.

O pensamento de Foucault não remete ao vernáculo “rede” enquanto conceito, postulado ou pressuposto fundante de suas analíticas. Esta concepção é citada em seus trabalhos com certa regularidade mas de maneira imprecisa e indefinida. No entanto, é nítida a presença desses três tipos de “redes” de subjetivação nas suas investigações enquanto mecanismos emergentes articuladores de suas reflexões, mesmo que indefinidos conceitualmente.

Iremos, primeiramente, apresentar uma síntese das três fases gerais da filosofia foucaultiana para, depois, situá-las no contexto da concepção de “rede”.

E também apresentaremos exemplos ilustrativos da utilização da palavra “rede” em Foucault, os quais, no entanto, não esgotam a referida emergência da noção de “rede” sob as três formas de subjetivação que iremos analisar, as quais são os focos centrais deste estudo.

2. Síntese das três fases da obra de Foucault

A **fase arqueológica** de Foucault caracteriza-se, abrangentemente, como uma analítica voltada para a verificação da *constituição “arqueológica” dos discursos científicos*.

No seu processo sócio-histórico de edificação, Foucault enfocou a consolidação das ciências desde, por exemplo, a “análise de sistemas e instituições e práticas discursivas historicamente situadas” (Rabinow, Dreyfus, 1995: xx), como é o caso da loucura e da clínica médica, respectivamente em *História da Loucura e Nascimento da Clínica*.

É desta fase também o livro *As Palavras e as Coisas*, em sua análise sobre a temática da constituição das ciências, culminada com o desenvolvimento das ciências humanas, em um enfoque no qual se destaca o surgimento do homem enquanto *medida de todas as coisas*, através do advento da Modernidade.

Este evento sócio-histórico-cultural caracterizado por Foucault, como a **“entrada do homem na história”**, ocorrida principalmente a partir do final do século XVIII, foi marcado pela *analítica da finitude do homem*: “é uma analítica (...) em que o ser do homem poderá fundar em sua positividade todas as formas que lhe indicam não ser infinito” (Dreyfus, 1995: 22). A partir dessa reconfiguração discursiva, o “homem” passa a ser delineado como uma figura passível de pesquisas empíricas, alicerçada sobre sua própria finitude.

Conforme as palavras de Dreyfus/Rabinow (1995: xx):

Foucault acredita que o estudo dos seres humanos apresentou-se de uma forma radicalmente diferente no final do século XVIII, quando os seres humanos vieram a ser interpretados como sujeitos de conhecimento e, ao mesmo tempo, objetos de seu próprio conhecimento. Esta interpretação kantiana define o ‘homem’. Kant introduziu a idéia de que o homem é o único ser totalmente envolvido pela natureza (seu corpo), pela sociedade (relações históricas, políticas e econômicas) e pela língua (sua língua

materna), e ao mesmo tempo, encontra uma sólida base para todos estes envolvimento em sua atividade organizadora e doadora de sentido.

Por sua vez, em *A Arqueologia do Saber*, ainda segundo Dreyfus e Rabinow, foi implementado um projeto de “descrição objetiva da maneira regulada pela qual o discurso organiza não somente a si mesmo, mas também as práticas sociais e as instituições” o que, segundo os autores, negligenciava o fato de “que as práticas discursivas são influenciadas pelas práticas sociais nas quais estão, juntamente com o investigador, inseridas.”(Id. Ibid. p. x)É justamente nessas investigações que se encontra uma das mais controversas propostas desenvolvidas por Foucault, na medida em que esta obra direciona-se, segundo alguns comentadores, no sentido de evidenciar uma significativa *autonomia do discurso perante as práticas sociais*, o que se demonstrou insustentável.

Na medida em que Foucault foi reconhecendo, nas ciências e nos saberes em geral, um campo de produção de verdades, constituidores de um poder que se exerce sobre os corpos dos indivíduos e que, portanto, não se limita ao âmbito dos discursos, mas que se verifica em um complexo jogo de forças, presente em toda a “rede” social, é que se configura uma nova fase do seu projeto histórico-filosófico: **a fase genealógica**, enquanto “um diagnóstico que se concentra nas relações de poder, saber e corpo na sociedade moderna” (Id. Ibid. 117) .

A emergência de poderes que se cravam sobre os corpos e que se articulam incessantemente através dos pressupostos da ciência estão presentes em *Vigiar e Punir*, enquanto um estudo que se volta para a constituição dos mecanismos de poder/saber, através da prática penal/punitiva e do implemento de fórmulas genéricas de dominação, de cunho disciplinar e de vigilância, presentes em toda a sociedade moderna.

A genealogia foucaultiana também está presente em *História da Sexualidade – Volume I – A Vontade de Saber*, na qual Foucault mostra a implementação do dispositivo da sexualidade, enquanto

o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não é realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 1993: 110)

Tal dispositivo teria, como efeito, a criação de discursos que permitiriam um exercício direto do poder sobre os corpos do indivíduo, em uma perspectiva que incitaria a produção

constante de “verdades” de cunho sexual e que, ao invés de libertarem a prática sexual dos indivíduos, produziram uma cristalização de suas identidades em categorias estanques de procedimentos sexuais, de cunho muitas vezes normalizador e esquadrinhador de suas condutas.

Na medida em que Foucault reconhece a incidência cada vez mais constante de forças de poder/saber normalizadoras do homem moderno (o *bio-poder*), suas investigações voltaram-se para a Grécia e Roma antigas, com o intuito de comparar os processos de subjetivação dos indivíduos destes períodos históricos em sua correlação com os homens modernos.

Foi com essas pesquisas que Foucault reconheceu a existência de **“uma estética da existência do indivíduo”** grego, enquanto *artes da existência*”, *“técnicas de si”*, ou seja:

práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (Foucault, M., 1994: 15)

Estes estudos constataram que a construção da subjetivação do indivíduo grego não se norteava em função dos aspectos normalizadores, disciplinadores e controladores, presentes na sociedade moderna, mas sim voltada para o desenvolvimento do senso estético de uma vida bela e justa, o qual apurava a existência enquanto uma “arte refletida de uma liberdade percebida como jogo de poder” e não como um assujeitamento do indivíduo a certos padrões sócio-historicamente constituídos de *normalidade*, apropriáveis por uma rede de investimentos políticos, dispersa em toda a sociedade moderna.

Assim sendo, a partir destes três agrupamentos do desenvolvimento da obra de Foucault: *arqueológico, genealógico e da estética da existência*, é que agora analisaremos a noção de “rede” e suas transformações, no transcurso dos seus trabalhos.

3. A noção de “rede” na fase arqueológica de Foucault

Na medida em que as “redes foucaultianas” emergem no *interstício* de um determinado conjunto de suas obras, destacamos que os estudos da sua fase arqueológica voltaram-se para a análise da constituição histórica dos discursos considerados “sérios”, os discursos científicos e, como desdobramento, possibilitaram reflexões sobre as regras de funcionamento desses discursos perante as práticas sociais, no processo de produção de

realidades não só discursivas como também materiais, promotoras de amplos e peculiares mecanismos de subjetivação.

Segundo Foucault, existiriam três modos de objetivação em nossa cultura que transformam os seres humanos em sujeitos, os quais foram abordados em suas pesquisas:

O primeiro, é o modo da investigação, que tenta atingir o estatuto de ciência, como, por exemplo, a objetivação do sujeito do discurso na *grammaire générale*, na filologia e na lingüística. Ou ainda, a objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia. Ou, um terceiro exemplo, a objetivação do simples fato de estar vivo na história natural ou na biologia. (Dreyfus, Hubert L., 1995, pp. 231-232)

Este modo de objetivação é o que fundamentaria o enredamento arqueológico foucautiano enquanto **uma rede de objetivação do sujeito do discurso**.

A esta forma de enredamento, remetemos seus primeiros trabalhos, dentre eles *A História da Loucura*, no qual reconhecemos a emergência de agrupamentos de indivíduos, até então dispersos socialmente, a partir de discursos que transformaram certas descontinuidades de pessoas em determinadas coletividades mais claramente definidas e categorizadas.

Neste livro, encontra-se o papel dos discursos e práticas os quais, na Idade Média, propiciaram tanto a exclusão social como o confinamento dos leprosos numa *rede de leprosários*, os quais foram esvaziados, no final deste período, em virtude de novas objetivações do sujeito, dentre elas, a *rede de pobres* a serem assistidos socialmente, a partir do século XVII, quando um decreto real determinou que os pobres “de todos os sexos, lugares e idades, de qualquer qualidade e nascimento, em qualquer estado em que possam estar, úteis ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis” (Foucault, M., 1972: 16) tinham o direito a acolhimento, comida, vestuário e assistência geral, como também o processo de transformação da fulgurante manifestação da loucura, muitas vezes associada a processos de revelação e de experiência mística, em categoria medicalizada, sujeita a processos de internação, constituidores de uma *rede de loucos* em sua respectiva *rede de manicômios*.

É neste contexto que, após dois anos da publicação desse livro, “O Nascimento da Clínica” apresenta não mais o processo de categorização da subjetividade dos loucos e dos excluídos, mas os mecanismos de constituição da análise, da diagnose e da pesquisa médicas como formas de consolidação de uma prática na qual o discurso, o poder e o olhar do clínico se constroem, de maneira sistemática, estruturada e cotidiana, no sentido de

constituir toda uma percepção, tanto da própria prática médica como do sujeito submetido a esta rede discursiva.

E, se esta obra é uma das focalizações específicas do papel da *rede discursiva médica* sobre os indivíduos, foi em *As Palavras e As Coisas* (cujo subtítulo é *Uma Arqueologia das Ciências Humanas*) que Foucault ampliou sua analítica dos saberes científicos, ao mapear o processo histórico de edificação das ciências em geral, culminando com o advento das ciências humanas, constituidor de uma ampla *rede de discursos “sérios”*, incidentes e promotores de múltiplas formas de subjetividade.

O enredamento discursivo da arqueologia de Foucault tem como um dos seus momentos mais marcantes o livro *A Arqueologia do Saber*. Neste livro, conforme Deleuze, Foucault propunha

a distinção entre duas espécies de formações políticas, as ‘discursivas’ ou de enunciados e as ‘não-discursivas’ ou de meios. Por exemplo, a medicina clínica no fim do século XVIII é uma formação discursiva; mas ela o é em relação às massas e às populações que dependem de outro tipo de formação, e implicam meios não-discursivos, ‘instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos políticos’ (Deleuze, 1988: 41),

mas de uma maneira tal que estas *formas do visível*, ele as “designava apenas negativamente como meios não-discursivos”.

Ainda segundo Deleuze, neste livro Foucault radicaliza ao propor “o primado dos regimes de enunciado sobre as formas do ver ou do perceber. É a sua reação contra a fenomenologia”. (Id. Ibid.)

Em outras palavras, seriam os múltiplos enunciados ou discursos científicos que permitiriam a materialização de espaços físicos de visibilidade e de consolidação prática destes discursos. Por exemplo, seria a rede de enunciados e discursos médicos que possibilitaria a concretização dos hospitais, ou a rede de enunciados e discursos sobre o desenvolvimento e o cuidado infantil que possibilitariam a materialização histórica de uma creche. O mesmo se aplica à relação entre os discursos e enunciados do direito penal e a criação de espaços físicos prisionais.

É neste sentido que compreendemos que em *Arqueologia do Saber* Foucault concentrou os fundamentos conceituais de seu processo de constituição de uma *rede de objetivação do sujeito do discurso*, a qual partiu, como já vimos, desde o começo de seu trabalho, com

estudos situados sobre a questão da loucura e da clínica médica, transpassou em *As Palavras e As Coisas* pelo surgimento e constituição das principais ciências, e se consolidou nessa última obra desta fase traçando os preceitos e as regras dos enunciados e dos discursos perante as suas formas concretas de visibilidade, o que propiciou como resultado global dessa rede arqueológica não só o mapeamento de uma múltipla rede de discursos científicos, como também elucidou sua incidência subjetivadora e os preceitos fundamentadores que emergem do exercício histórico-político dessa *rede arqueológica-discursiva*.

Mas tais estudos foram se mostrando pouco esclarecedores sobre as relações de poder inerentes ao contexto das ciências.

Um renovado enfoque de Foucault, ao incluir as ciências no âmbito de uma rede de saberes/poderes, com o objetivo de controlar e disciplinar os corpos dos indivíduos, gestando-os e extraindo deles forças e utilidades é que fará sobressair uma nova rede de elementos e de forças, a *rede genealógica*, conforme veremos a seguir.

4. A noção de “rede” na fase genealógica de Foucault

Outros dois modos de objetivação estudados por Foucault, até o término de sua fase genealógica, foram descritos por ele da seguinte maneira:

(...) Na segunda parte do meu trabalho, estudei a objetivação do sujeito naquilo que eu chamarei de ‘práticas divisoras’. O sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Este processo o objetiva. Exemplos: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’.

Finalmente, tentei estudar – meu trabalho atual – o modo pelo qual um ser humano torna-se um sujeito. Por exemplo, eu escolhi o domínio da sexualidade – como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos de ‘sexualidade’. (Dreyfus, 1995: 231/232)

Esta nova conformação dos estudos de objetivação em Foucault foram fundamentadas a partir da tríade poder, saber e corpo. Como um desdobramento da sua fase arqueológica, a *fase genealógica* correlaciona os saberes a certos investimentos políticos de poder, os quais permitiram a constituição de uma rede dessas forças históricas em constante embate sobre o corpo, enquanto seu foco de acesso e de exercício, no processo de edificação da subjetividade do indivíduo moderno.

Foucault associa à noção de poder, os seguintes elementos:

(...) primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes se transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 1993: 88-89)

E sinteticamente, poder “é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Id. Ibid. 89)

E se Foucault reconhece o poder como uma complexa relação de forças presente em toda a rede social, a *microfísica do poder* surge enquanto o foco na corporeidade de cada indivíduo – com seus hábitos, instintos, pulsões, sentimentos, emoções, impulsos e vicissitudes – como o ponto fundamental de incidência de um emaranhado complexo de uma série de lutas e de confrontos inerentes a tais saberes, no processo de produção de poder.

É a partir da concepção de uma microfísica do poder que Foucault sinaliza uma de suas considerações mais controversas: a de que

o poder vem de baixo; isto é, não há uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. (Id. Ibid. 90)

Por sua vez, para Foucault o saber “é um agenciamento prático, um ‘dispositivo’ de enunciados e de visibilidades.” (Deleuze, 1988: 60)

É neste ponto que Deleuze reconhece que a noção de saber em Foucault não se associa direta e exclusivamente ao âmbito da ciência, o que amplia e enriquece tal concepção:

(...) O saber só existe em função de ‘limiars’ **bastante variados** (...) A esse respeito, não basta falar de um ‘limiar de epistemologização: este já é orientado numa direção que conduz à ciência e que atravessará ainda um limiar próprio de ‘cientificidade’ e eventualmente um ‘limiar de formalização’. (Id. Ibid.) (grifos nossos)

Desta maneira, haveria outros agenciamentos práticos de saberes, em função de outros limiars, os quais podemos exemplificar, reportando-nos à Deleuze: limiars da **ética**, limiars da **estética da existência**, limiars da **política**.

Portanto, é dentro de tal configuração que é possível compreender *poder e saber* para Foucault.

Por sua vez, conseguimos constatar que a noção de “rede” nesta fase emerge sob dois sentidos: o primeiro deles, de caráter mais abrangente, na medida em que a confrontação das forças de saber e de poder fazem emergir *linhas de forças e enredamentos* que atravessam o corpo, de maneira múltipla e complexa. É sob este enfoque que Foucault utilizou da concepção de “rede” para elucidar os mecanismos gerais de articulação dos poderes/saberes, conforme veremos em exemplos a seguir. Neste sentido, a rede genealógica se configura enquanto **uma rede de objetivação do sujeito da microfísica do poder**, na medida em que seriam os embates dos saberes/poderes que constituem redes de subjetivação do sujeito moderno, qualificando-o enquanto louco ou são, excluído ou incluído socialmente, delinqüente ou “honesto”, normal ou anormal, de acordo com categorias históricas de higienização dos corpos, de sexualização de condutas, de disciplinamento de comportamentos, muitas vezes fixadoras do indivíduo a certos rótulos estanques de atitudes e de identidades.

Em uma segunda direção, a noção de “rede” assume uma característica mais específica, enquanto conceito utilizado por Foucault para articular certas conformações determinadas dos poderes/saberes. Por exemplo, *a rede prisional, a rede disciplinar e a rede da sexualidade*.

É neste contexto que gostaríamos de apresentar alguns exemplos da utilização do conceito de “rede” por Foucault, seja nos seus aspectos mais abrangentes ou mais específicos.

5. Exemplos da rede genealógica

5.1. A rede genealógica na constituição geral dos saberes/poderes

Um primeiro exemplo do caráter genérico do conceito de “rede” é correlacionado à noção de poder:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. (Foucault, 1975: 29)

É neste contexto que da *rede genealógica* é ressaltado **o caráter descentralizado e local de sua atuação**, seja no sentido da consolidação de seus efeitos hegemônicos ou na forma dispersa e fragmentada dos seus mecanismos de resistência:

Portanto, a derrubada desses “micropoderes” não obedece à lei do tudo ou nada. Ele não é adquirido, de uma vez por todas, por um novo controle de aparelhos, nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições. Em compensação, nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra. (Ibid.)

Ou seja, Foucault concebe que as alterações locais de conformações da rede geram efeitos repercutíveis na rede como um todo e que é do ponto de vista de uma microfísica que se pode considerar o processo de resistência ao poder.

É aí que Foucault mais uma vez articula com mais detalhe as relações entre rede e resistência:

(...) Lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (...). Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural (...). (Foucault, 1988: 91)

Em outras palavras:

(...) Da mesma forma que a rede de relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. (Id. Ibid. 92)

Este agrupamento de exemplos demonstra a utilização da noção da *rede genealógica* para compreensão da tríade poder/saber/corpo, no processo de sua incidência através de vários núcleos de agenciamento presentes em uma determinada articulação social (sejam eles, exemplificativamente, a família, a escola, a creche).

Nos próximos três itens, apresentaremos vários exemplos específicos de articulações da *rede genealógica* nos seguintes contextos: prisional, disciplinar e da sexualidade.

5.2. A *rede genealógica* nas prisões

Foucault utiliza a expressão “*rede carcerária*” para designar a elevada complexidade dos poderes/saberes nas prisões:

(..) a rede carcerária constitui uma das armaduras desse poder-saber que tornou historicamente possíveis as ciências humanas. (Foucault, 1975: 267)

Em seu texto sobre a correlação do poder do soberano e do criminoso, vemos também a noção de “rede”:

(...) Em suma, a reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas. E se foi outra coisa que o resultado provisório de um encontro de pura circunstância, é porque entre esse superpoder e esse infrapoder se estendia uma rede de relações. (Foucault, 1975: 81)

E para que o caráter punitivo da instituição prisional aja em todo o espaço social, ele emerge enquanto

um poder de punir que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um.

No mesmo sentido, à prisão se associa o conceito de rede como forma de visualização de suas discontinuidades e de seus núcleos constitutivos:

(...) A grande continuidade do sistema carcerário por um lado e outro da lei e suas sentenças dá uma espécie de caução legal aos mecanismos disciplinares, às decisões e às sanções que estes utilizam. De um extremo a outro dessa rede, que compreende tantas instituições ‘regionais’, relativamente autônomas e independentes, transmite-se, com a ‘forma-prisão’, o modelo da grande justiça. (Foucault, 1975: 264)

E também a polícia se insere como uma articulação de rede própria em sua conformação e alcance. Assim, Foucault apresenta a função da polícia desenvolvida a partir do século XVIII:

(...) função complexa, pois une o poder absoluto do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade; pois, entre essas diversas instituições fechadas de disciplina (oficinas, exércitos, escolas), estende uma rede intermediária, agindo onde aquelas não podem intervir, disciplinando os espaços não disciplinares; mas que ela recobre, liga entre si, garante com sua força armada: disciplina intersticial e metadisciplinas. (Foucault, 1975: 189)

5.3. A rede genealógica nas disciplinas

A utilização da noção de “rede” por Foucault está presente em uma de suas definições de disciplina:

(...) a disciplina é a arte de dispor em fila, e a técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa **rede** de relações. (Foucault, 1975: 133)

Também Foucault se apropria da noção de “rede” ao apresentar as vantagens dos mecanismos disciplinares sobre outros dispositivos históricos de poder:

(...) Nem as formas residuais do poder feudal, nem as estruturas da monarquia administrativa, nem os mecanismos locais de controle, nem o emaranhado instável que formavam todos juntos podia desempenhar esse papel: impedia-os de fazê-lo a extensão lacunosa e sem regularidade de sua rede, seu funcionamento muitas vezes conflitante, mas principalmente o caráter ‘dispendioso’ do poder exercido. (Foucault, 1975: 192)

E utiliza do conceito de “rede” ao definir a *repartição*, enquanto característica constituída das disciplinas, enquanto técnica que permite “ramificar o contexto corpóreo, em diversos campos de conhecimento, de forma a que sua morfologia, fisiologia, sentimentos, impulsos, sexualidade, apetites sejam promovidos e reconhecidos como objetos de estudos e sob os quais uma vasta rede de saberes se estenda e se desenvolva, criando, assim, novas configurações estratégicas de bio-poder.” (Id. Ibid. 52)

Neste mesmo sentido, o aspecto de calculada vigilância, implícito em diversas formas de disciplina, como nos quartéis, escolas e fábricas, é apresentado enquanto uma “rede de relações”:

Se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a abaixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. (Id. Ibid. 158)

E se Foucault considera que o panoptismo é um dispositivo arquitetônico de esquadramento e vigilância dos corpos dos indivíduos no espaço, cuja criação por Bentham, no transcurso do século XIX, permitiu um refinamento das técnicas de dominação e de manipulação das forças corpóreas, também o panóptico pode ser correlacionado com a noção de rede em sua complexidade funcional, conforme a seguir:

(...) Bentham sonha fazer delas [as disciplinas] uma rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna nem interrupção. O arranjo panóptico dá a fórmula dessa generalização. Ele programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares. (Foucault, 1975: 184)

5.4. A rede genealógica e o dispositivo da sexualidade

Singularmente, é no âmbito da constituição histórica do dispositivo da sexualidade que a noção de rede em Foucault evidencia amplas ramificações e multiplicidades, mostrando uma aplicabilidade muito proveitosa, em termos de diagnóstico social. Isto fica claro na sua discussão sobre a conformação da família do século XIX:

Seria a família do século XIX uma célula monogâmica e conjugal? Talvez, em certa medida. Mas ela também é uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis. A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças (que passou a ser canônica no decorrer do século, quando começaram a ser construídas habitações populares), a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviçais, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis. (Foucault, 1988: 46)

Por sua vez, Foucault questiona a hipótese de “um poder de repressão que nossa sociedade exerceria sobre o sexo e por motivos econômicos” e sua insuficiência, pois que “muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletivo na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer.” (Foucault, 1988: 70/71)

Ressalta-se, neste último exemplo, a diversa e rica articulação entre a noção de rede e os díspares mas correlatos âmbitos dos discursos, dos saberes, dos prazeres e dos poderes, e a elevada complexidade de suas confrontações e influências.

6. A noção de “rede” na fase da estética da existência de Foucault

As três fases dos estudos de Foucault foram por ele abordadas enquanto três formas distintas de *genealogias e de ontologias históricas*, conforme a seguir:

Três domínios da genealogia são possíveis. Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber [*fase arqueológica*]; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um

campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros [fase genealógica]; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais [fase da estética da existência]. (Dreyfus, 1995:262)

Ao evidenciar em *História da Sexualidade – Vol.II* que na Grécia Antiga os indivíduos não eram regulados por mecanismos normalizadores, presentes na sociedade moderna, o que lhes permitia a promoção de um processo de subjetivação voltado para a construção de uma existência esteticamente bela, Foucault desenvolve uma analítica sobre a relação do indivíduo consigo a partir do seu embate com as forças externas-histórico-sociais, que influenciavam seus comportamentos e condutas, inclusive sendo internalizadas pelo sujeito (pois para Foucault, segundo Deleuze, “o dentro vem de fora”).

O indivíduo grego efetuava uma revisão dessas forças sociais refletindo sobre seus efeitos em sua vida, o que possibilitaria a edificação de formas de subjetivação e de interioridade, derivadas das relações de poder advindas do ambiente social, mas não a elas inteiramente reduzidas.

Neste processo de subjetivação, Foucault denomina de “problematização” os três temas que foram focos de amplas discussões para os gregos, e que seriam fundamentais para a consolidação do caráter do cidadão da “pólis”, os quais seriam: a saúde, a esposa ou mulheres e os rapazes.

Foucault considerava que “o principal objetivo deste tipo de ética era estético. Primeiro, este tipo de ética era apenas um problema de escolha pessoal. Segundo, era reservado a poucas pessoas da população; não era questão de fornecer um modelo de comportamento para todos. Tratava-se de uma escolha pessoal para uma pequena elite. A razão para esta escolha era o desejo de viver uma vida bela, e de deixar, como legado, uma existência bela.” E não acreditava que “este tipo de ética tenha sido uma tentativa de normalizar a população”. (254)

Nesta mesma direção, o livro *História da Sexualidade – Vol. III* mostra o significativo esvaziamento da estética da existência grega e seu “empobrecimento” na Roma Antiga, através do desenvolvimento de uma subjetividade na qual o processo de gradativa valorização da monogamia, das relações matrimoniais, da fidelidade conjugal e do amor romântico emergiram como focos de fixação da subjetividade ao redor de tais valores, o que transformou a problematização grega em um norteamento por valores mais

socialmente cristalizados sem que, contudo, houvessem mecanismos normalizadores e disciplinadores tão genericamente formulados como na sociedade moderna.

É nesta fase que podemos reconhecer que à noção de “rede” em Foucault é acrescido um outro nível de embate: o embate das redes do mundo exterior, com seus valores histórico-culturais – seus saberes/poderes constituidores de subjetividade - perante o âmbito da *interioridade refletida* enquanto produto do processo de subjetivação que emerge na relação do indivíduo consigo mesmo, ao buscar constituir um vida bela e justa, na medida em que ele recompõe e rearranja as linhas de forças externas que o atravessam enquanto indivíduo social, através de um *exercício sobre si mesmo*, de cunho muitas vezes resistencial às forças provenientes do mundo “de fora”.

7. Considerações finais

a) A ausência de uma definição do conceito de “rede” em Foucault não implica que este vocábulo seja utilizado de maneira aleatória em toda a sua obra. Conforme vimos, ele emerge, de maneira diferenciada mas reconhecível, de acordo com as características de cada uma das três fases das investigações foucaultianas.

b) Se reconhecemos as três formas emergentes de utilização da concepção de “rede” em Foucault enquanto foco principal deste nosso estudo, também consideramos interessante ressaltar que, enquanto vocábulo, a palavra “rede” foi mais intensamente utilizada por Foucault para esclarecer as relações entre poder/saber e corpo, na sua fase genealógica, conforme os exemplos apresentados.

Parece-nos que Foucault se apropriou desta concepção como ponto de apoio para principalmente elucidar a complexidade das confrontações dos poderes-saberes, em suas interpenetrações nos grupos de agenciamentos sobre os quais se apóiam e se confirmam/produzem continuamente, sejam eles as prisões, as escolas, os quartéis, as fábricas, dentre outros.

Assim, o vocábulo “rede” emerge como sinalizador de uma complexidade limítrofe, na qual a multiplicidade e o entrelaçamento das forças atuantes passam a ser cada vez mais intensamente consideradas pelo pesquisador, o que gera dois sentidos básicos: primeiramente, reconhecer a complexa relação de forças presentes nas relações sociais da sociedade moderna. E, noutro sentido, sensibilizar o pesquisador sobre o fato de que é

necessário “se munir de uma **rede de análise** que torne possível uma analítica das relações de poder” (Dreyfus, 1995: 202).

Ou seja, a noção de “rede” remete não apenas no sentido de sua adesão ao diagrama social mas também ao próprio processo perceptual do pesquisador, ao edificá-lo em seus estudos.

c) Também destacamos que, enquanto vocábulo, Foucault *nunca* utilizou a nomenclatura “rede” em seus livros sobre realidades consideradas estéticas, em contrapartida à sua utilização intensiva nos seus estudos de realidades históricas normalizadoras da sociedade moderna, o que nos parece mais significativo do que uma mera questão de estilo de redação, e sim justamente a já citada apropriação do conceito de “rede” nas questões envolvendo os mecanismos externos dos poderes/saberes.

Esta inexistência do vocábulo “rede” em Foucault, na fase da estética da existência do indivíduo, pode sinalizar a necessidade de uma abordagem diferenciada do pesquisador interessado em analisar o processo de subjetivação do indivíduo na sua relação consigo.

É nesta medida que compreendemos esta estética da existência enquanto a constituição de uma **rede de interioridade refletida**, não diretamente relacionada às noções de um “eu interno” ou de uma “subjetividade” advinda adesivamente dos discursos dos saberes/poderes, nem enquanto o afloramento de uma essência interior manifestada em dissociação com o contexto social.

Tal rede se manifesta na redistribuição das linhas de força da rede exterior em constante confrontação com o processo de subjetivação refletida de cada indivíduo. E é no interstício desta articulação difusa e desigual entre a *relação consigo mesmo* de cada indivíduo na travessia sobre seus corpos de múltiplos jogos de forças historicamente constituídos que podemos visualizar o caráter produtivo de determinado processo de subjetivação, enquanto emergências destas formas privilegiadas de enredamento, edificadoras de individualidades e de identidades.

Referências bibliográficas

CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996, 44.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DREYFUS, H. L. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1ª ed., 1985.

FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1972.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 14ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MACHADO, N. *Epistemologia e didática*. São Paulo: Cortez, 1996.

MATTA, G. C. *Hospitais, subjetividade e glomérulos inoperantes: da doença renal ao renal crônico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.